



**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

**REQUERIMENTO N. \_\_\_\_\_, DE 2021**

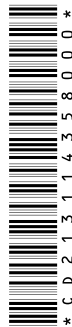
(Dos Senhores e Senhoras Carlos Veras, Erika Kokay, Hélder Salomão,  
Padre João, Marcon, Frei Anastácio, Rosa Neide, Bohn Gass e Paulão)

Requer a realização de reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa para, em razão do **Dia Mundial da Alimentação**, criado pela FAO e celebrado no dia 16 de outubro, debater o quadro atual de insegurança alimentar e nutricional da população brasileira, a inflação dos alimentos e as ações e omissões do governo Bolsonaro relacionadas ao tema.

**Senhor Presidente,**

Requeremos a realização de reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa para, em razão do **Dia Mundial da Alimentação**, criado pela FAO e celebrado no dia 16 de outubro, debater o quadro atual de insegurança alimentar e nutricional da população brasileira, a inflação dos alimentos e as ações e omissões do governo Bolsonaro relacionadas ao tema, com os seguintes convidados:

- i. **José Graziano da Silva**, Ex-Diretor Geral da FAO;
- ii. **Rafael Zavala**, Representante da FAO no Brasil;
- iii. **Aristides Santos**, Presidente da Contag;





- iv. **Renato S. Maluf**, Coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar;
- v. **Maria Emilia Pacheco**, Ex-Presidente do CONSEA;
- vi. **Tereza Campelo**, Ex-Ministra do Desenvolvimento Social.

## JUSTIFICAÇÃO

O dia 16 de outubro foi instituído pela FAO desde 1981 para buscar sensibilizar as Nações em torno de políticas capazes de extinguir ou reduzir o flagelo da fome no mundo. No Brasil, após a conquista histórica da sociedade brasileira de retirar o país do Mapa da Fome, os retrocessos nas políticas públicas verificadas desde o golpe de 2016, potencializados no governo Bolsonaro, voltaram a colocar o Brasil na lista dos países com grande parte das suas populações na situação aguda de fome.

Conforme texto do grupo Soberania Alimentar, do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas Agrícola e Agrária da Fundação Perseu Abramo, os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2021)<sup>1</sup> mostram que 55,2% dos brasileiros convivem com a insegurança alimentar, sendo que, no mínimo, 9% (19,1 milhões de pessoas) passam fome. Considere-se, ainda, que mais 11,5% (24 milhões de pessoas) estão em situação de insegurança alimentar moderada, que indica uma ruptura nos padrões de alimentação em decorrência da redução quantitativa de alimentos entre adultos.

Ao mesmo tempo em que está duramente afetado pela desnutrição, o país também está marcado pela má nutrição que se expressa nas taxas de sobrepeso e obesidade. Segundo o IBGE (2020)<sup>2</sup>, 26,6% da população estava com obesidade e 60,3% da população com sobrepeso, condições diretamente associadas a diversas doenças crônicas.

A crise econômica e política dos últimos anos, as consequências socioeconômicas da pandemia do novo coronavírus, a inflação dos alimentos e

1 Disponível em: <http://olheparaafome.com.br>.

2 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf>.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE**

as omissões do governo Bolsonaro agravaram o quadro de insegurança alimentar no Brasil. O recente veto integral ao PL nº 823 de 2021 (Projeto de Lei Assis Carvalho 2), que poderia dar vigor à produção de alimentos, foi uma demonstração cabal da indiferença do governo com o fato de o Brasil ter voltado ao Mapa da Fome, e com o sofrimento de milhões de brasileiros com a privação do acesso ao alimento.

Não bastasse, o governo extinguiu o PAA, substituindo-o por outro programa sem qualquer efetividade até o momento. Antes, extinguiu o Plano Safra da Agricultura Familiar e praticamente acabou com a Política de Estoques de Alimentos.

Em resumo, no Brasil, pouco haverá a ser comemorado no dia Mundial da Alimentação. Porém, devemos celebrar esse dia para realimentar as lutas dos setores progressistas e democráticos para um breve e exitoso movimento, visando uma vez mais retirar o nosso país do Mapa da Fome e, ainda, implementar políticas perenes de segurança alimentar e nutricional para a população brasileira.

Sala da Comissão, em

de setembro de 2021.

**Deputado Carlos Veras (PT/PE)**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)

**Deputada Erika Kokay (PT/DF)**

**Deputado Hélder Salomão (PT/ES)**

**Deputado Padre João (PT/MG)**

**Deputado Marcon (PT/RS)**

**Deputado Frei Anastácio (PT/PB)**

**Deputada Rosa Neide (PM/MT)**

**Deputado Bohn Gass (PT/RS)**

Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores

**Deputado Paulão (PT/AL)**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213114358000>



\* C D 2 1 3 1 1 4 3 5 8 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Carlos Veras - PT/PE**

Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da Bancada do PT  
na Câmara dos Deputados



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras e outros  
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213114358000>



\* C D 2 1 3 1 1 4 3 5 8 0 0 0 \*



## **Requerimento** **(Do Sr. Carlos Veras )**

Requer a realização de reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa para, em razão do Dia Mundial da Alimentação, criado pela FAO e celebrado no dia 16 de outubro, debater o quadro atual de insegurança alimentar e nutricional da população brasileira, a inflação dos alimentos e as ações e omissões do governo Bolsonaro relacionadas ao tema.

Assinaram eletronicamente o documento CD213114358000, nesta ordem:

- 1 Dep. Carlos Veras (PT/PE)
- 2 Dep. Paulão (PT/AL)
- 3 Dep. Frei Anastacio Ribeiro (PT/PB)
- 4 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 5 Dep. Helder Salomão (PT/ES)
- 6 Dep. Marcon (PT/RS)
- 7 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)
- 8 Dep. Bohn Gass (PT/RS) \*-(p\_7800)
- 9 Dep. Padre João (PT/MG)

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

